

Anistia pode custar 200 bilhões

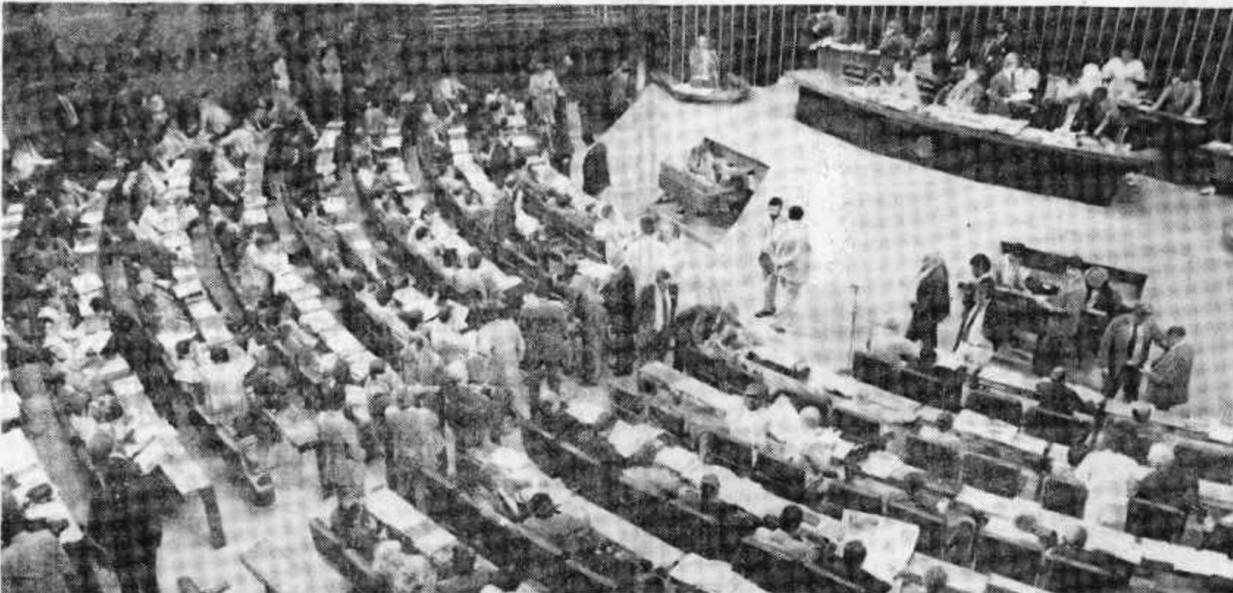
A estimativa é de parlamentares ligados ao governo, mas nenhum órgão oficial arriscou-se a fazer uma previsão exata

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Ministério da Fazenda, extremamente ágil em dizer aos constituintes que o fim da correção monetária dos débitos dos micro e pequenos empresários, minúsculos, pequenos e médios produtores rurais da forma como estava sendo discutida custaria Cz\$ 780 bilhões, não sabia informar ontem qual vai ser afinal o gasto com a anistia. A Fazenda, o Banco Central e o Banco do Brasil negaram-se a fazer qualquer previsão, mas, lideranças políticas ligadas ao governo no Congresso admitiam que as restrições aos financiamentos de até cinco mil OTNs e para produtores de até cinco módulos rurais podem limitar os gastos com a anistia a não mais do que Cz\$ 200 bilhões.

Com base em projeções próprias das instituições que presidem e em conversas informais com a Fazenda, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco, estimava uma anistia de Cz\$ 80 bilhões para os micro e pequenos empresários e o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Alysson Paulinelli, em Cz\$ 40 bilhões para os produtores rurais. Ninguém na Fazenda, BC ou BB quis endossar os números, com o argumento de que apenas hoje pode ter-se uma estimativa preliminar.

O coordenador de assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, João Batista Camargo, disse ontem que o governo realmente vai cortar onde for preciso para recompor o que perder com a



Na sessão que aprovou a anistia, a redução para financiamento até 5 mil OTNs

Luiz Tajer - 29/06/88

anistia. No caso dos produtores rurais, o corte pode vir do crédito de custeio que já está sendo liberado para a safra 1988/89. No mês de julho, por exemplo, havia uma previsão de se liberar Cz\$ 30 bilhões, dos quais, 10 bilhões já contratados. O restante desde já fica retido e o mesmo pode acontecer com as parcelas que seriam liberadas até o final do ano. A princi-

pio, Cz\$ 40 bilhões em agosto, Cz\$ 100 bilhões em setembro, e Cz\$ 150 bilhões em outubro.

Na área dos micro e pequenos empresários o governo pode simplesmente não abrir novas linhas de créditos — no momento está praticamente tudo fechado. Camargo admite, embora sem citar qualquer número, que a maior dificuldade do governo em medir o

valor da anistia aprovada na Constituinte é na área rural, pois tem que se considerar o critério do módulo e ainda o critério do Banco Central para mini, pequeno e médio produtores. De acordo com essas normas, o mini produtor é aquele com uma renda bruta anual de até quatro mil MVR (Maior Valor de Referência) o equivalente a Cr\$ 23,5 milhões ho-

je, pequeno com renda de 1.200 MVRs e médio, com 6.000 MVRs. Segundo o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Paulo César Ximenes, o governo não deve criar novos compulsórios, nem aumentar impostos para cobrir a anistia aprovada na Constituinte. Em sua opinião, o mais provável é cortar em programas de financiamentos aos setores beneficiados.

Fazenda faz a conta hoje

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, recebe hoje dos técnicos do Ministério da Fazenda o valor do impacto sobre o Tesouro da emenda aprovada na última quarta-feira, que concede liberação da cobrança da correção monetária para os pequenos e médios produtores rurais e micro e pequenos empresários. O presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, entretanto, acredita que os custos da anistia ao setor empresarial serão da ordem de Cz\$ 80 bilhões, enquanto o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, deputado Alysson Paulinelli, diz que se a anistia aos agricultores passar de Cz\$ 40 bilhões "será uma surpresa".

Dessa forma, a estimativa é de que os benefícios concedidos pela Constituinte custarão aos cofres públicos cerca de Cz\$ 120 bilhões, menos da metade do que o governo estava estabelecendo como teto de negociação. O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), um dos autores da emenda que concedia a anistia mais ampla, de posse desses números, afirmou que isso mostra que o governo estava fazendo "terrorismo" com os parlamentares e passou a negociar com as esquerdas a necessidade de suprimir, no segundo turno, a restrição de que só será beneficiado quem tiver até cinco módulos rurais.

CRÍTICAS

O governador do Pará, Hélio Gueiros, crítico ontem, em Belém, o limite muito elevado", da anistia fiscal concedida pela Assembleia Nacional Constituinte. Disse que no tempo do Plano Cruzado, Cz\$ 6,8 milhões "era muito dinheiro".

No Recife, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, opôs-se à anistia porque ela deveria ser regida por normas e critérios claros, já que "uma decisão de caráter muito geral pode prejudicar aqueles que pagaram as suas contas".

O ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, reagiu com indignação em Brasília, ao resultado da anistia: "Saígar carne podre é péssimo para a população", disse. Couto chegou a acenar com "algum arranjo" para que os gastos governamentais possam atender à decisão da Constituinte e acrescentou que "não está descartada a hipótese de a Receita Federal ser forçada a aumentar a carga tributária".

Em Porto Alegre, o líder do PMDB na Câmara Federal, deputado Ibsen Pinheiro, considerou irreversível a decisão da Constituinte enquanto o governador Pedro Simon reagiu: "Estas coisas deveriam ser vistas caso a caso e não como regra geral".

Diniz acha ato irresponsável

A aprovação da anistia parcial do pagamento da correção monetária sobre os empréstimos contraídos por micros e pequenos empresários e por micros, pequenos e médios produtores rurais durante o Plano Cruzado foi um ato de irresponsabilidade dos constituintes, cujas consequências nem mesmo o governo sabe mensurar. Esta é a opinião do presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Antônio de Pádua da Rocha Diniz, que acompanhou por dois dias a votação das emendas em Brasília. Na sua opinião, foi um episódio melancólico, no qual a Constituinte, num único golpe, enfrentou três ordenamentos: o jurídico, o ético e o econômico.

Para ele, não havia mais necessidade de anistiar os devedores, pois há muito tempo os bancos vêm resolvendo a questão através de acordos, alguns até com prejuízo para os credores. Esse comportamento, destacou, mesmo que fosse divulgado, não interessaria aos constituintes: "Para eles, só interessa a

decisão que repercute na urna. Aliás, esse fato foi curioso, pois vários deputados e senadores se elegeram com base no sucesso do Plano Cruzado e, agora, buscam novos votos exatamente sobre o fracasso daquele conjunto de medidas econômicas".

O presidente da Associação das Empresas de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), Américo Oswaldo Campiglia, concordou com Rocha Diniz ao classificar a medida como de cunho especificamente eleitoral.

"Só posso dizer que isso foi lamentável", foi o que se limitou a declarar o presidente do Banco Itaú, José Carlos Moraes de Abreu. Para ele, certamente os custos serão repassados aos contribuintes.

Bastante irritado com a anistia, o presidente da Federação dos Bancários de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Lúcio César Pires, afirmou que com essa atitude o Congresso "quis socializar mais uma vez o prejuízo neste país".

Sarney corta programas de micros

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Antes de embarcar para a China, ontem, o presidente José Sarney determinou ao ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, a suspensão dos programas orçamentários destinados às pequenas e médias empresas, continuando, assim, a represália do Palácio do Planalto contra a anistia parcial da dívida dos micro e pequenos empresários aprovada pela Constituinte, quarta-feira. Na noite de anteontem, Sarney já havia recomendado ao ministro da Fazenda, Mafonso da Nóbrega, a suspensão das operações de custeio e investimento, no mês de julho, para o setor agrícola.

Ao comentar sua decisão, ontem pela manhã, em entrevista à imprensa, o presidente disse que suspendeu os programas orçamentários para pequenas e médias empresas por prazo indeterminado, ar-

gumentando que não poderia fazer liberações enquanto não subisse qual será o custo da anistia para o Tesouro. Ele afirmou também sua intenção de salvar o orçamento fiscal, para que não ocorra uma hiperinflação ou problemas ainda maiores para o País.

No final da entrevista, em que pretendia falar apenas sobre sua viagem à China, Sarney, mesmo recusando-se a considerar a perspectiva de recessão no País, disse que tomará todas as medidas necessárias para manter a linha de contenção do déficit público. Depois de criticar a Constituinte que, segundo ele, não teve uma visão mais profunda dos problemas do País, o presidente acrescentou que terá de tomar providências duras, para que os problemas econômicos não se agravem ainda mais. Em seguida, Sarney afirmou que o governo vai verificar o volume de gastos com a anistia e ver o que pode ser controlado

no orçamento. E advertiu: "Isso vai importar em um sacrifício gigantesco para o povo brasileiro".

Sarney começou a falar sobre o assunto dizendo que achava extremamente preocupante o problema, que importará em gastos para o País, acrescentando que a decisão da Constituinte pode colocar em risco todo o programa fiscal que, segundo ele, está sendo executado com sacrifício.

O presidente aproveitou para reafirmar que tem pago custos políticos altos nas decisões que é obrigado a tomar, mas acrescentou que continuará, porque acha que este é o seu dever para com o País. "Nesse sentido e para salvar a política fiscal vamos ter de tomar algumas providências", completou, informando que a primeira delas foi a determinação que deu aos ministros da Fazenda e do Planejamento, sem descartar a possibilidade de adotar outras medidas.

A opinião de quem paga a conta



"Eles deveriam ter feito plebiscito"

"Os deputados constituintes não tinham o direito de decidir sozinho sobre um assunto tão sério. Deveriam, no mínimo, ter feito um plebiscito para ver o que o povo pensa do assunto. Com certeza iriam ouvir um tremendo não! Eu sou totalmente contrário a esse tipo de anistia. Primeiro porque as pessoas que não têm dívidas como eu são obrigadas a pagar dívidas de outros. Depois, porque não é anistia quando se resolve o problema de forma correta." Manoel Pereira Neto, 25 anos, solteiro, corretor de imóveis.



"Não vou pagar a dívida de ninguém"

"Isso é um absurdo! Não vou, de jeito nenhum, pagar dívida de ninguém. Quem é que vai me ajudar? Ninguém, não é? Então, quem fez as suas dívidas, tem que pagá-las. Eu tenho uma moto e já pago um compulsório que não sei para onde vai. Ganho tão pouco que nem pago imposto de Renda. É justo que eu pague por outros? Não! Não vou dar nenhum tostão para pagar a dívida de ninguém. Quando esses deputados foram eleitos eu nem tinha idade para votar. Isso, na verdade, me serviu de lição." Edécio Souza Cruz, 20 anos, dois filhos, comerciante.



"A anistia jamais poderia ser dada"

"Essa anistia jamais poderia ter sido dada, pois vai repercutir sobre a vida de quem nada pediu emprestado. Sempre achei que a solução mais justa seria a negociação caso a caso. Generalizando se cometerá muitas injustiças, seja com quem já pagou as dívidas do Cruzado ou com a população que nem sabe do que se trata. Se não aumentarmos impostos ou criar novos compulsórios — esses que já dificultam tremendamente a vida da gente — certamente o governo vai emitir mais dinheiro." Edécio Souza Cruz, 20 anos, dois filhos, comerciante.



"E quem vendeu tudo para pagar?"

"Só quero saber uma coisa: como se vão sentir aqueles pequenos empresários que venderam quase tudo o que tinham e que foram obrigados a fechar seu negócio, só para pagar suas dívidas assumidas durante o Plano Cruzado? Acho que eles se vão sentir tão prejudicados quanto eu, que trabalho o dia todo para sustentar a minha família com Cz\$ 100 mil por mês. Já pensou se isso virar moda? Vai ter muita gente fazendo dívida, porque sempre haverá a possibilidade de um perdão." José Gilberto Pozzi, 29 anos, casado, motorista de táxi



"O que preocupa é ter mais imposto"

"Já fiquei preocupado quando o ministro falou na televisão, que se essa anistia fosse aprovada, teria de aumentar impostos ou fazer mais dinheiro, que traz mais inflação e preço caro para o que hoje já está difícil comprar. Você acha que um motorista de caminhão tem condições de pagar dívida de empresário? Já não chegam as minhas dívidas, que estão difíceis de pagar? Como se vive com Cz\$ 45 mil, tendo de pagar aluguel, criar dois filhos, pagar conta de luz, cada dia mais alta." Geraldo Manoel da Silva, 40 anos, dois filhos, motorista de caminhão



"O governo é pior do que a decisão"

"Pior que essa anistia é aquilo que a provocou, ou seja, o próprio governo. Quem aceita sentar na cadeira de governante tem também que aceitar as consequências negativas. Na minha opinião, é totalmente injusto milhares de brasileiros trabalharem para pagar dívidas que não são suas. Ninguém vai aceitar pagar por algo que não deve. Muito menos eu, que só pagarei se for obrigada. Acho que essa é uma questão para o governo resolver entre ele e os empresários devedores." Laudiceia Dias Barbosa Rodrigues, casada, dois filhos, supervisora de vendas.

A opinião dos beneficiados

"Estelionato dos bancos"

Franco César diz que acordou de um "pesadelo" quando soube da aprovação da anistia aos microempresários. Proprietário da falida "Steak & Cia", na zona Norte do Rio, empresa que comercializa carnes finas, Franco César é um dos empresários que entregaram aos bancos a maioria dos seus bens por ter acreditado no Cruzado. "Aquilo foi um estelionato dos bancos", reclama Franco. Atualmente, sua empresa tem um faturamento bruto de Cz\$ 3 milhões, mas ele deve aos bancos mais de Cz\$ 60 milhões. Ele conta que financiou Cz\$ 3,7 milhões em cinco bancos. Em um deles, o Bradesco, tomou emprestado Cz\$ 350 mil a juros anuais de 29%; nove meses depois, a dívida era de Cz\$ 1.190 milhão a juros de 780% ao ano. Para pagar o banco, ele



"Até de caloteira eu já fui tachada"

A ex-funcionária pública Floriper Godoy chegou a ser dona de dois restaurantes, em Brasília, enquanto durou o Plano Cruzado. Hoje, depois de perder tudo, ela trabalha como gerente no setor hoteleiro. Inconformada, ela diz que "não pude sentir alegria com a aprovação da anistia, porque depois do pesadelo até de caloteira já fui tachada".

Desiludida, Floriper ainda não sabe se irá ou não se beneficiar da anistia, aprovada pela Constituinte.

"O empréstimo de Cz\$ 800 mil que fiz durante o Plano Cruzado junto aos bancos atingiu, ao final de 87, níveis tão absurdos que nem sei em quanto está a minha dívida. Perdi os dois restaurantes, um apartamento, dois carros e até telefones."

A única coisa que ela garante não ter perdido foi "a vontade de trabalhar". Mesmo assim, indignada, Floriper diz que foi lesada pelo governo.

"Só a partir de janeiro deste ano é que comecei a voltar a viver, mesmo assim, já estava sem saúde."

Sua preocupação maior é outra: a dívida, diz, "certamente irá ultrapassar as 5 mil OTNs". Se for assim, Floriper está fora da anistia aprovada anteontem.

"Continuam jogando sujo até agora"

A alegria do industrial Heroni Ludigero Leandro, com a anistia aprovada pela Constituinte, durou pouco. Empolgado com a notícia do perdão da dívida, transmitida pelo telejornal local, Heroni, que está "pendurado" no Badesco (Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina) com uma dívida de Cz\$ 20 mil, só faltou estourar foguetes. Mas ao saber que seu empréstimo de 11.220 OTNs não se

entregou dois terrenos em Petrópolis, uma parte em dinheiro e ainda está devendo um resíduo de Cz\$ 300 mil. No Sudameris, onde deve Cz\$ 20 milhões, não conseguiu pagar nada e o banco hipotecou seu apartamento.

enquadrava dentro do perdão de até 5 mil OTNs, o industrial viu desabar o sonho de construir uma fábrica que, segundo ele, daria emprego para cinco mil pessoas, em São José, no interior catarinense. Inconformado, o industrial desabafou:

"Assim não dá! O governo jogou sujo há dois anos, na época do Plano Cruzado, e continua jogando sujo até agora!"

"Dinheiro de volta para quem pagou"

Na época do Plano Cruzado, Álvaro Homero Carneiro, então agricultor em Santo Angelo, a 459 quilômetros de Porto Alegre, devia Cz\$ 180 mil ao Banco do Brasil, com juros de 3% ao ano, sem pensar em correção monetária. Em janeiro deste ano, ele devia Cz\$ 1 milhão ao BB: "Apanhou-se e começou a vender todos os seus 'cacós'", lamenta o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Angelo, Osvaldino Luca. Carneiro vendeu o que tinha — automotriz, trator e seus três hectares de terra —, ficou livre das dívidas e mudou-se para Hamburgo, onde hoje trabalha numa fábrica de calçados. Ontem, ele ligou para o sindicato querendo saber se terá algum benefício com a anistia de dívidas aprovada pela Constituinte. Para Osvaldino Luca, quem pagou, como Carneiro, precisa ter o dinheiro de volta.

"Sinto saudades do Plano Cruzado"

O microempresário Edson Soligo Ribeiro, dono da Gomaprint, no Rio, ficou entusiasmado com as vendas durante o Plano Cruzado e até pensou em dobrar sua produção de adesivos. Chegou a fazer um pedido de uma máquina impressora, mas, como a fornecedora demorou nove meses para entregá-la e reajustou o preço em 168%, ele desistiu do negócio. Ele não procurou nenhum banco para financiar a máquina e aproveitou o valor da entrada que havia dado — Cz\$ 42 mil, em julho de 86 — para comprar uma máquina auxiliar, de cortar papel, apenas reforçando a produção. Edson Ribeiro aumentou o número de funcionários da empresa de oito para 15. Sua empresa fatura Cz\$ 2 milhões por mês e ele não deve nada a ninguém. "Para mim, o Plano Cruzado foi o melhor período. Sinto saudades daquele tempo", afirma.

"Estava lutando só por justiça"

O governo está pagando por seu próprio erro administrativo. Esta é a opinião do microempresário - beneficiado pela anistia de Medeiros, proprietário da empresa Kolla Adesivos, de São Bernardo do Campo. Até anteontem Medeiros devia Cz\$ 5 milhões ao Badesco, e apesar do alívio com que encarou a decisão da Constituinte, fez questão de frisar: "Não estava lutando por isso e, sim por justiça. Mas o governo é responsável por este resultado".

Já o delegado regional do Ciesp Diadema (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) Fernando Levy, qualificado a decisão de "demagógica, populista e irresponsável", e acrescentou que o perdão aos endividados é uma verdadeira "calamidade" para o país. "Não se pode eximir o empresário de suas responsabilidades".